

## As agruras internas e o alento que vem de fora

Apesar da conferência de Williamsburg, que termina hoje, e apesar das esperadas novidades na área da política econômica interna, a situação brasileira não difere muito, no geral, do quadro que já temos exposto e comentado aqui várias vezes.

Esse quadro se caracteriza, como já dissemos, por um descompasso tanto de perspectivas quanto de qualidade entre nossas agruras externas e internas. Aquelas, embora sejam muito constrangedoras no momento, já apresentam uma perspectiva bastante razoável de superação, uma vez que praticamente todos os grandes parceiros ocidentais do Brasil entendem que este país é importante demais para ser abandonado econômica e financeiramente. Assim, uma solução concertada e coordenada em alto nível para os nossos problemas externos, se não existe ainda, está a caminho e nosso problema consiste, basicamente, em aguentarmo-nos como pudermos enquanto ela não chega.

Já os nossos problemas internos apresentam tanto uma qualidade diferente quanto uma diferente perspectiva. É evidente, a essa altura, que o vínculo entre as dificuldades internas de política econômica e os percalços externos já não justifica a dimensão que tais problemas alcançaram. Em outras palavras, nossos problemas internos são muito maiores do que poderia ser justificado pelas vicissitudes externas. E, ao contrário destas últimas, não apresentam até agora nenhuma perspectiva razoável de solução, nenhuma fórmula capaz de dar aos agentes econômicos brasileiros senão a certeza de uma solução, pelo menos a relativa segurança de que estariam no bom caminho.

Como quase todo mundo já admitiu e reconheceu, dentro e fora do governo, a chave principal para um começo de solução das nossas agruras internas, para viabilizar uma política econômica sensata e coerente, mesmo que apertada, está em como reduzir de maneira significativa o déficit do setor público. Para que o leitor tenha uma idéia da nossa situação, basta lembrar que este déficit representa quase 17% do PIB brasileiro. O déficit do governo norte-americano (quase todo da administração direta), que assombra o mundo e que tantos dissabores vem causando, sendo criticado por toda parte, representa cerca de 6,3% do PIB dos Estados Unidos. Os déficits dos governos europeus estão, em média, na casa dos 3% do PIB dos respectivos países e o déficit japonês é inferior a 2% do PIB. Ninguém se admire, portanto, com o fato de o Japão ter um dos menores índices de inflação e desemprego do mundo desenvolvido, apesar da crise e apesar de ser um dos países com menos recursos naturais.

Conforme o noticiário de ontem, o Brasil estaria agora solicitando ao FMI um aumento no teto do déficit admissível para o setor público neste ano. No compromisso com o Fundo se havia estabelecido uma redução percentual do déficit em relação ao PIB — dos 16,9% para 8,8% — e em função disso se fixara um teto máximo de 8,8 trilhões de cruzeiros no ano para o déficit. Isso tudo antes da maxidesvalorização. Por causa dela, as autoridades brasileiras estariam reivindicando uma elevação do teto para 9,3 trilhões de cruzeiros.

O fato é que mesmo conseguindo convencer a missão do FMI, que virá ao Brasil no próximo dia 10 de junho, da procedência da sua pretensão, e mesmo conseguindo reduzir o déficit para o teto ampliado, o governo brasileiro ainda chegará ao final do primeiro ano do seu ajuste econômico com um dos maiores déficits públicos do mundo.

Inconveniente tirar do Brasil, apenas por causa da América Central, um homem com a desenvoltura e os contatos de Motley, praticamente um brasileiro, que tem desempenhado papel importantíssimo nas relações entre EUA e Brasil desde que Shultz assumiu. Em nossa opinião, portanto, ele está sendo promovido exatamente para que as relações com o Brasil sejam promovidas dentro do governo americano. Exatamente na linha do que pensa Shultz, que por ter interesses aqui já é um dos grandes "protetores" do Brasil em Washington.

Assim, sua nomeação para a subsecretaria de Estado é mais um motivo de esperança para os brasileiros, tão desesperançados com o quadro de nossas finanças internas.

As medidas para redução desse colossal déficit, que estão em prática no momento e devem intensificar-se mais adiante, prevêem cortes de investimentos, cortes de custeio e até de pessoal nas empresas estatais (além, naturalmente, dos sempre mencionados e dificilmente efetivados cortes de mordomias). Mas isso tudo não chegará a representar muita coisa, uma vez que parcela significativa do déficit decorre da cobertura de atrasos das empresas estatais no pagamento de suas dívidas externas, as quais, por sua vez, representam cerca de 60% da dívida externa total do Brasil.

Eis aí, portanto, a grande charada: as empresas estatais não têm moeda forte para saldar suas dívidas porque a maioria delas não gera moeda forte, nunca gerou e, portanto, nunca deveria ter contraído dívida em moeda forte; e grande número delas não tem nem os cruzeiros para saldar os débitos, donde os adiantamentos do Banco Central, que alimentam o déficit público.

Este, portanto, é o problema interno sobre o qual se devem concentrar todas as atenções e os melhores esforços do governo.

Na área externa, temos quase certeza de que o comunicado final da reunião de Williamsburg, que deverá sair hoje, não trará nada de excepcional. Mas também temos quase certeza de que, nos bastidores, entre os chefes de Estado ali reunidos, alguma linha de ação para o problema da dívida externa dos países em desenvolvimento, e principalmente do Brasil, terá sido assentada, e, embora não venha a público, saberemos dela indiretamente por seus efeitos positivos. Isto tem de acontecer, pois, embora no passado reuniões desse tipo tenham sido inócuas, desta vez o mundo está diferente e nenhum chefe de Estado pode deixar de sentir isso, por menor que seja sua visão.

Ainda no front externo gostaríamos de chamar a atenção dos nossos leitores para a indicação do embaixador norte-americano no Brasil, Anthony Motley, para o cargo de subsecretário de Estado para a América Latina, isto é, para adjunto de George Shultz. Os comentaristas estão dizendo que isso se deve à sua dureza frente à questão da América Central. Em nossa opinião há gente muito mais dura do que ele lá nos EUA, e com maior tradição no serviço diplomático e apoio político para a tarefa. Seria, por outro lado,

20-2